

**Discurso proferido pelo Presidente da República, João Manuel  
Gonçalves Lourenço, na abertura das conversações entre as  
delegações oficiais dos dois países na cidade do Porto**

**Porto, 23 de Novembro de 2018**

- Excelentíssimo Sr Dr. António Costa,  
Primeiro-Ministro da República Portuguesa,
- Excelentíssimos senhores Ministros,
- Minhas Senhoras, Meus Senhores,
- Excelências,

Tenho a honra de realizar esta visita de Estado a Portugal a convite de Sua Excelência o Presidente da República portuguesa muito pouco tempo após a visita que o Senhor Primeiro-Ministro efectuou a Angola, no passado mês de Setembro.

O espaço de tempo relativamente curto que separa a minha visita da sua pode ser a expressão real da vontade política dos nossos dois Governos imprimirem uma maior dinâmica às relações de cooperação entre Angola e Portugal que abrangem, como sabemos, quase todos os sectores da vida económica, social, cultural e política de ambos os países.

Depois de termos passado em revista, em Luanda, os principais aspectos da cooperação bilateral durante as reuniões que se realizaram entre as delegações angolana e portuguesa, caber-nos-á aqui procedermos a uma reapreciação das importantes decisões tomadas no decurso da sua visita, de entre as quais quero referir os acordos assinados na ocasião entre os nossos dois Governos.

Penso ser fundamental que se ponham em funcionamento todos os mecanismos que foram criados, com o propósito de facilitar o

acompanhamento da execução dos diversos acordos assinados, para obtermos resultados concretos com benefícios mútuos.

Quero realçar, neste contexto, a decisão relativa à reactivação da Comissão Ministerial Permanente que poderá permitir, quer a nível técnico como a nível ministerial, que se faça uma identificação das prioridades da cooperação entre Angola e Portugal, assim como o acompanhamento da sua implementação de modo a contribuir para uma melhor utilização dos recursos disponíveis.

Refiro-me uma vez mais ao Programa Estratégico de Cooperação (PEC), por constituir um importante quadro de referência para a cooperação bilateral entre Angola e Portugal, principalmente por estar alinhado com as prioridades estratégicas do Executivo angolano contempladas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 em áreas onde Portugal detém reconhecida experiência.

Um outro instrumento que merece realce é o Observatório dos Investimentos Angolanos em Portugal e vice-versa, ao qual competirá acompanhar os processos de análise dos projectos de investimento nos dois países, identificar obstáculos e as vias ou instrumentos mais eficazes para ajudar a ultrapassar eventuais constrangimentos.

**Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro,**

**Excelentíssimos Senhores Ministros,**

Registamos com bastante agrado o incremento da exposição de Angola junto da Agência de Crédito à Exportação Portuguesa

(COSEC), sobretudo por permitir a expansão da linha de crédito de Portugal, no âmbito da qual gostaríamos de poder incluir alguns projectos de importância fundamental ao nível económico e social.

Não podemos deixar de considerar que, em termos gerais, a cooperação com Portugal é amplamente satisfatória e queremos, por isso, intensificá-la quer ao nível institucional como ao nível do sector privado, que se tem revelado, pela sua capacidade empreendedora, ser de uma importância vital para o desenvolvimento da economia angolana.

A nossa visão sobre as relações entre Angola e Portugal aponta sempre no sentido de que os benefícios que dela resultem se repartam entre os nossos dois países, pois só assim valerá a pena mantermos o intercâmbio bilateral existente.

**Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro,**

**Excelentíssimos Senhores Ministros,**

Temos consciência da necessidade de motivar os empresários portugueses a se interessarem por investimentos directos na economia angolana, e é com este espírito que estamos atentos aos problemas que os empreendedores do vosso país por vezes enfrentam para realizar com sucesso os seus empreendimentos em Angola.

Realço neste contexto a questão da dívida, cuja certificação, estando em fase de conclusão, cria as condições necessárias para

que coloquemos todo o nosso empenho no sentido de procedermos progressivamente à sua integral liquidação.

Notamos com satisfação que o movimento de negócios entre Angola e Portugal é intenso nos dois sentidos, pois há um crescente número de empresas angolanas que procuram o mercado português para realizar investimentos em vários sectores.

Sabemos que as empresas angolanas com maior ou menor dificuldade vão conseguindo realizar os seus objectivos no mercado português e, por isso, gostaríamos que as autoridades portuguesas ajudassem a simplificar os processos de integração desses homens de negócios nos sectores da vossa economia, em que os mesmos se propõem realizar a sua actividade.

**Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro,**

**Excelentíssimos Senhores Ministros,**

A grande intensidade do movimento entre Angola e Portugal, e vice-versa, gerou a necessidade de se simplificarem os processos que garantam uma maior facilidade na mobilidade dos nossos dois povos para os contactos familiares, negócios, estudos, turismo, tratamento médico, intercâmbio cultural e desportivo, investigação científica e noutros domínios da vida.

Creio que, perante tal evidência, conviria que se buscassem fórmulas capazes de agilizar de forma concreta o processo de concessão de vistos aos cidadãos dos nossos respectivos países que têm, como sabemos, contactos que vão para além dos formalismos próprios da relação Estado a Estado, entre Angola e Portugal.

**Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro,**

**Excelentíssimos Senhores Ministros,**

Temos acompanhado com atenção a situação política mundial e há naturalmente factos que nos preocupam em algumas regiões, designadamente no Médio Oriente com a situação de guerra prevalecente na Síria e no Iémen, ou ainda o velho conflito Israelo-Palestiniano sem fim à vista, não obstante a solução de dois Estados já ter sido encontrada pelas Nações Unidas.

Na península coreana, onde felizmente parece se vislumbrar a possibilidade real da desnuclearização da região e a eventual unificação das duas Coreias, leva-nos a concluir que não existem conflitos eternos, porque a paz sempre é possível quando a vontade dos homens assim o determinar.

Preocupam-nos ainda as acções de terrorismo que se alastram entre o Mali, Níger, Camarões, Tchad e Nigéria e que afectam a economia e as populações daquela região do nosso continente.

A República Democrática do Congo, que realiza eleições gerais dentro de um mês, vive ainda uma situação de conflito com grupos terroristas actuando no nordeste do país, onde, lamentavelmente, se combate também um surto de ébola que já ceifou algumas centenas de vidas humanas.

Também na República Centro Africana (RCA) subsiste uma situação que nos preocupa, pois que o Governo desse país, ao qual cabe garantir a segurança e protecção do seu território nacional,

está fortemente condicionado na sua acção de combate às forças rebeldes que actuam nessa nação africana.

Creio que Portugal, por ter forças militares no terreno expostas aos ataques permanentes das forças rebeldes, juntar-se-á àqueles que defendem a necessidade de se levantar o embargo de armas que ainda pesa sobre a República Centro Africana.

Não menos importante que os temas referidos anteriormente é o que diz respeito à CPLP, por se terem registado em países membros da nossa organização importantes eleições recentemente realizadas com resultados que devemos seguir com alguma atenção.

Tratam-se de eleições democráticas em que os Povos de São Tomé e Príncipe e do Brasil escolheram livremente os dirigentes que vão assegurar a governação e a concretização dos seus anseios nos próximos anos.

Estamos convencidos que as forças políticas desses países saberão agir no sentido de garantir a tranquilidade necessária a uma governação serena e empenhada no fortalecimento dos laços que unem os países lusófonos e da nossa própria organização.

**Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro,**

**Excelentíssimos Senhores Ministros,**

Está prevista a assinatura de mais alguns acordos entre os nossos dois países no final desta sessão de trabalho, que vão contemplar e reforçar alguns âmbitos das nossas relações, pelo que acredito que esta visita produzirá novos resultados positivos com base nesses instrumentos e noutros aspectos definidos nas nossas conversações.

Aproveito esta ocasião para agradecer toda a atenção com que a

minha delegação e eu próprio fomos brindados durante a nossa estadia no vosso maravilhoso país.

Muito obrigado pela atenção.